



# **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**Brasília (DF), 13 de março de 2019.**

**Discurso de Ilan Goldfajn na cerimônia de transmissão do cargo de  
Presidente do Banco Central do Brasil.**



Exmo. Sr. Ministro Paulo Guedes, na pessoa de quem cumprimento os Ministros de Estado e as autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Exmo. Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil (BC).

Ilustres representantes das instituições e das entidades representativas do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e de outros setores da economia.

Srs. diretores do BC, na figura de quem cumprimento ex-presidentes, ex-diretores e todos os servidores do Banco Central.

Senhoras e senhores representantes da imprensa.

Amigos, colegas, familiares e demais convidados.

Quero começar expressando minha satisfação e honra em ter servido ao país no cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Muitos me perguntam qual a diferença entre o trabalho no BC e os que tive no setor privado. A resposta é que a relevância e a escala do trabalho no BC é única, difícil de ser igualada no setor privado.

Esses últimos anos no BC foram extraordinários. Poder servir à sociedade como presidente do BC é uma experiência inigualável. Não porque tenha me divertido: acorda-se diariamente com o peso do dever e a responsabilidade de liderar uma instituição que é responsável pela estabilidade financeira e monetária do país. Mas a sensação de dever cumprido torna a experiência mais do que recompensadora.

-----

Senhoras e senhores,

Tive a satisfação e honra de liderar essa instituição em um período que, acredito, houve maior comunicação com a sociedade, interlocução crescente com os três poderes, assim como ganhos de credibilidade para o BC.



No meu discurso de posse, prometi estabelecer uma comunicação simples, direta e concisa, visando transmitir da melhor forma a visão do BC, inclusive as incertezas quanto à perspectiva de diferentes trajetórias para a conjuntura econômica. O aumento de transparência, através dos canais formais de comunicação, contribuiu para conseguirmos alinhar expectativas e projeções de inflação às metas de inflação para os próximos anos, objetivo principal do BC.

Com a colaboração da diretoria, e o excelente corpo funcional desta instituição, cumprimos a missão institucional do Banco Central do Brasil, de “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”.

A ação firme do BC, perseverando na busca da meta de inflação mesmo num momento inicial crítico, aliada a um redirecionamento geral da política econômica, retomando a importância do velho e bom tripé macroeconômico, permitiu uma desinflação relevante, indo de quase 11% no começo de 2016, para em torno de 4% esse ano e no próximo. A queda das expectativas e projeções de inflação permitiu desmontar os mecanismos de defesa dos formadores de preços e liberar as forças de demanda e oferta para fazerem seu trabalho, após dois anos anteriores de combinação perversa de recessão e inflação alta.

A desinflação e a queda das expectativas e projeções de inflação propiciaram as condições para a redução da taxa básica de juros Selic para o seu mínimo histórico de 6,5% a.a. E essa redução ocorreu de forma sustentável, evidenciado pelo fato de os juros de mercado para os próximos anos indicarem confiança que podemos ter um patamar mais baixo de juros de forma estrutural no futuro, dependendo da aprovação das reformas e ajustes.

A política monetária tem estimulado a economia. Com a queda da taxa Selic, os juros reais da economia caíram para níveis também historicamente baixos. E o crédito voltou a crescer. Após anos de desalavancagem o crédito total subiu 5,5% em 2018, enquanto o crédito com recursos livres cresceu 11,2% no mesmo período.

O BC também contribuiu para o crescimento mantendo a estabilidade da economia num ano de incertezas internas e externas. A subida dos juros nos EUA, a valorização do dólar e depreciação das moedas locais, e a fuga de recursos para economias avançadas, pressionaram os países emergentes, levando inclusive a crises econômicas em alguns casos.



Em função de uma inflação sobre controle, o BC pôde manter a taxa Selic estável, num ano onde a grande maioria dos bancos centrais dos países emergentes se viu forçado a elevar a sua taxa básica. Essa postura de cautela, serenidade e perseverança do BC preservou o arcabouço de metas para a inflação e evitou retirar o estímulo monetário necessário para a recuperação da economia brasileira.

O BC não se furtou a atuar na sua missão de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente. O sistema financeiro passou por um real teste de estresse, atravessando uma das maiores recessões da nossa história, além de outras volatilidades e incertezas domésticas e internacionais. Há uma percepção crescente de que podemos contar com um sistema financeiro sólido, líquido e bem capitalizado.

A Agenda BC+ – que reúne ações nos pilares: cidadania financeira, sistema financeiro mais eficiente, legislação mais moderna e redução do custo do crédito – foi uma das iniciativas de que tenho mais orgulho de ter liderado. Foram 68 ações ao todo nesse período em que estive à frente do BC, das quais 41 já concluídas e 27 em andamento.

Várias ações tiveram o objetivo de incentivar a competição no SFN, entre as quais eu gostaria de citar as seguintes:

- Empoderamento de instituições menores através da segmentação e da proporcionalidade na regulação prudencial (Res. nº 4.677/2018);
- Regulamentação das *fintechs* de crédito, as Sociedades de Crédito Direto (SCD) e as Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEP) (Res. nº 4.656/2018);
- Desburocratização para a participação de capital estrangeiro em *fintechs* (Decreto nº 9.544/2018);
- Promoção de uma maior competição na oferta de serviços de pagamento;
- Portabilidade de conta-salário (Res. nº 4.639/2018);
- Modernização do relacionamento BC e CADE, com a delimitação de competências e estratégias de colaboração mútua (Acordo de Entendimento e PLP 499/2018);
- Estabelecimento de multas mais efetivas e a modernização das ferramentas de negociação do BC (Lei nº 13.506/2017);
- Modernização do Cadastro Positivo, aprovada na manhã de hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal;



Nesse mesmo sentido, agimos de modo a flexibilizar os direcionamentos e aumentar a eficiência do sistema. Foram várias ações, entre as quais eu destacaria:

- A nova taxa de financiamento do BNDES (TLP) e a automatização de cálculo da TJLP (Lei nº 13.483/2017);
  - A modernização da taxa de remuneração dos recursos do BNDES, com a criação da TLP, está tendo efeitos relevantes sobre o mercado de capitais brasileiro.
    - As emissões de debêntures quase dobraram entre 2017 e 2018. Em setembro de 2017, as emissões acumuladas em 12 meses eram de 80 bilhões, avançando para 151 bilhões em dezembro de 2018.
    - Dentre as empresas que emitem debêntures, o saldo de debêntures passou a ser inclusive maior que o saldo de crédito bancário. O saldo de debêntures passou de R\$ 239 bilhões em setembro de 2017 para R\$ 357 bilhões em dezembro de 2018, enquanto que o saldo de crédito bancário passou de R\$ 239 bilhões para R\$ 230 bilhões.
- A flexibilização do uso dos recursos da poupança para o crédito imobiliário (Res. nº 4.676/2018)
- Criação e regulamentação da LIG (Res. nºs 4.647 e 4.654, e as Circulares nºs 3.891, 3.895 e 3.896, todas de 2018)
- A definição de novas metodologias para o cálculo das taxas dos fundos constitucionais, refletindo de maneira mais adequada as condições de mercado (Lei nº 13.682/ 2018)
- A modernização do cálculo dos encargos das operações de crédito rural – Plano Safra (Res. Nº 4.668/2018);
- Estabelecimento de um grupo de trabalho para redefinir o modelo de fomento à atividade rural;

No intuito de melhorar as garantias no sistema, houve também medidas importantes, como:

- A duplicata eletrônica (PLC 73/2018)
- O registro eletrônico de garantias (Res. nº 4.638/2018)
- A regulamentação de recebíveis de cartão de crédito (Res. nº 4.707/2018, Circular nº 3.924/2018 e Consulta Pública nº 68/2018)



No mercado de cartões de crédito, houve avanços como a diferenciação de preços, a interoperabilidade das máquinas de cartão, limite de 30 dias para o devedor permanecer no crédito rotativo, limite para cobrança de encargos por atraso e o fim da cobrança de encargos diferenciados por atraso (Circular nº 3.815/2016, Lei nº 13.455/2017, Res. nº 4.549/ 2017, Res. nº 4.655/2018 e outros).

Com a contribuição dessas ações, as taxas de juros bancários e os *spreads* tiveram trajetórias declinantes.

A taxa de juros do Índice de Custo de Crédito (ICC), que mede os juros médios cobrados em todo o estoque de crédito do sistema, recuou para 20,45% a.a. em dezembro de 2018. A queda no segmento livre do ICC foi de 7 p.p. entre maio de 2016 e dezembro de 2018. As taxas de juros nas concessões (auferidas no mês que foram concedidas) caíram mais: recuaram mais de 16 p.p. no mesmo período.

A redução das taxas de juros bancárias foi especialmente relevante no cartão de crédito rotativo. Entre maio de 2016 e dezembro de 2018, o custo do rotativo regular recuou de 437% a.a. para 268% a.a., um recuo de 169 p.p. No mesmo período, o custo do rotativo não regular recuou 199 p.p. Desse modo, o custo total do crédito rotativo caiu quase pela metade, de 475% a.a. para 285% a.a.

-----

Senhoras e senhores,

Há muito ainda a ser feito tanto no BC quanto na política econômica como um todo.

A Agenda BC+ é viva. Tem ações que ainda não se materializaram e outras que naturalmente devem surgir. Entre as ações futuras queria ressaltar uma: a autonomia do Banco Central do Brasil. É necessário tornar a atual autonomia *de facto* em uma autonomia *de jure*. Seria um passo natural e contribuiria para reduzir o risco Brasil e elevar o crescimento de forma sustentável.

Na política econômica, considero que as políticas anunciadas e os esforços atuais têm a direção correta. O governo está imbuído do propósito de levar à frente reformas estruturais importantes para colocar as nossas contas públicas em ordem e melhorar o ambiente de negócios em nosso país.



A eficiência da política monetária do BC será tanto maior quanto mais bem-sucedidos forem esses esforços na implantação de reformas e na recuperação fiscal.

Nesse sentido queria desejar bom trabalho e boa sorte ao novo presidente e à diretoria do BC, inclusive aos novos diretores Bruno e João Manoel. Roberto Campos Neto tem toda a experiência necessária e a qualidade para liderar com excelência o BC e contribuir de forma decisiva para a política econômica do país.

-----

Senhoras e senhores,

Quero finalizar agradecendo a todos que compartilharam comigo e me deram apoio nesses últimos dois anos e nove meses no BC.

Primeiro queria agradecer aos diretores do BC (Anthero, Carlos, Carolina, Feltrim, Isaac, Maurício, Otávio, Paulo, Reinaldo, Sidnei e Tiago), ao procurador geral Cristiano Cozer, ao Chefe de Gabinete Leonardo e ao Secretário Executivo Adalberto, através de quem agradeço a todos os servidores do Banco Central, que me acompanharam de perto nessa empreitada, tanto pelo apoio em todos os momentos, inclusive ao enfrentarmos os desafios, quanto pelos ensinamentos ao longo desse percurso. Sempre contei com a competência e obtive apoio decisivo dos servidores do BC, dos quais testemunhei reiteradamente a eficiência e o comprometimento com sua missão institucional.

Agradeço à equipe econômica do governo anterior, primeiro sob liderança do ministro Henrique Meirelles, e depois do Eduardo Guardia. Ao Henrique Meirelles agradeço pela confiança que depositou em mim. Ao Eduardo Guardia pela amizade, colaboração e dedicação. Queria agradecer aos integrantes de suas equipes, Ana Paula Vescovi, Fabio Kanczuk, João Manoel Pinho Mello, Jorge Rachid, Mansueto de Almeida, Marcello Estevão, Marcos Mendes, entre tantos outros, cuja colaboração com o BC foi essencial para os resultados obtidos conjuntamente.

Queria também agradecer ao ministro Paulo Guedes e ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, pela excelente transição que estamos fazendo e, principalmente, por assumirem esse grande desafio de comandar a política econômica e monetária do país, em nome de todos nós.



Agradeço a muito boa interlocução com outros ministérios, órgãos de controle, assim como com a Câmara de Deputados, o Senado e o Judiciário.

Agradeço também aos amigos e colegas que me deram apoio decisivo nesse período. Assim como ao Armínio Fraga e aqueles que me inspiraram e motivaram minha carreira, espero que eu também tenha servido de motivação para alguns ao longo desse período.

Por fim, o mais importante, agradeço à minha família que aceitou embarcar comigo nesse desafio e que me deu suporte e compreensão durante esse período de longas ausências pessoais. Agora espero retribuir com um período mais tranquilo, pelo menos na quarentena.

Obrigado.